

**MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017**

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>136.031.931,75</b>	<b>719.236,34</b>
Pessoal Ativo	122.794.016,96	454.267,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.752.267,34	11.043,66
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	2.485.647,45	253.924,99
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	<b>3.333.478,63</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.328.621,65	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.856,98	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	<b>132.698.453,12</b>	<b>719.236,34</b>
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		<b>133.417.689,46</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	<b>8.798.308.090,71</b>
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1,52%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	<b>527.898.485,44</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	<b>501.503.561,17</b>
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%>	<b>475.108.636,90</b>

Fonte: SECCOC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Guilherme Nunes de Avelar Neto  
Diretor de Administração e  
Finanças

Suzana Regina Damasceno  
Coordenadora de Controle  
Interno

Henrique Higídio Braga  
Presidente

Orlei Pereira da Silva  
1º Vice-Presidente

Leonardo Silveira de Castro Pires  
2º Vice-Presidente

Neli Pereira de Aquino  
Secretária-Geral

Juliano Lopes Lobato  
1º Secretário

Carlos Magno Pereira de Freitas  
2º Secretário